

# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

**P R O C U R A D O R I A - G E R A L**

Barueri, 25 de abril de 2022

## PARECER JURÍDICO

034/2022



Fls. Nº	03
Proc. Nº	889/2022

De: Procuradoria Geral.

Para: Presidente, Secretaria Legislativa, Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Finanças e Orçamento, e Comissão de Segurança Pública.

Ref.: PROJETO DE LEI Nº 031/2020.

Autoria: FÁBIO LUIZ DA SILVA RHORMENS.

Dispõe sobre:

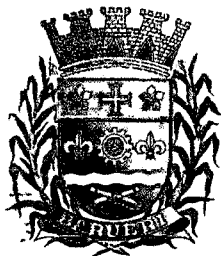
**"ALTERA A LEI Nº 2.766, DE 25 DE JUNHO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DE BARES E ESTABELECIMENTOS SIMILARES NO MUNICÍPIO DE BARUERI".**

### Disposições iniciais

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Nobre vereador Fábio Luiz da Silva Rhormens, que pretende alterar a lei nº 2.766, de 25 de junho de 2020, que dispõe sobre o funcionamento de bares e estabelecimentos similares no município de Barueri.

A presente proposição busca somente elucidar o artigo, uma vez que o trecho que está sendo suprimido, "**em caráter excepcional**" apresente confusão, que dificulta a sua interpretação. Veja-se:





# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

## PROCURADORIA - GERAL

Art. 4º Os estabelecimentos detentores de todas as licenças e alvarás exigidos para o devido funcionamento, **em caráter excepcional**, às sextas-feiras, aos sábados e às vésperas de feriados, podem estender o horário de funcionamento até as 2:00 horas do dia seguinte, desde que adotados os requisitos constantes desta lei.

Da forma ainda vigente, a impressão que se extrai é que a abertura dos estabelecimentos até as 2h, nos dias referidos, seria excepcional, e, portanto, dependente de justificção. Com a alteração pretendida inverte-se a leitura, tornando excepcional a vedação da abertura até o horário indicado, que passa a depender de justificativa para não ocorrer.

Aliás, essa parece ser a vontade da lei mesmo independente da alteração, que definiu como excepcional o funcionamento até as 2h nos dias indicados, em relação aos outros dias da semana, embora não tenha sido essa a interpretação aplicada, que exigiu a presente alteração.

Registra-se, por fim, que compete ao município dispor sobre assuntos de interesse Local, notadamente quanto aos estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, assim como sobre conceder ou renovar licença para a respectiva abertura e funcionamento, consoante artigo 13, inciso I, alínea 'v' e item 1, da Lei Orgânica do Município de Barueri.

Com a retomada das atividades, pós pandemia, é natural o aumento das demandas dos comerciantes, que buscam correr atrás dos prejuízos sofridos nos quase dois anos de fechamento.

A propósito, tais cobranças se apresentam razoáveis quando se fala de comerciantes devidamente cadastrados, com as autorizações pertinentes em dia e que respeitem as leis próprias, como a lei do silêncio e outras que envolvem questão sanitárias e de segurança.

Fls: Nº	04
Proc: Nº	889/2022



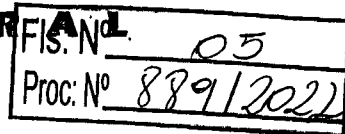


# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

**P R O C U R A D O R I A - G E R A L**



## Da competência legislativa concorrente

Imperioso registrar que o projeto não versa acerca daquelas matérias de iniciativa reservada ao Prefeito, porquanto não se trata de qualquer incursão na gestão ordinária administrativa a ele incumbida com exclusividade, assim como não provoca aumento de despesas da Administração.

Portanto, o nobre autor desta propositura atua dentro de sua esfera legislativa, tendo em vista que maneja projeto contendo matéria de iniciativa geral, comum a todos os titulares da competência legislativa municipal, não havendo usurpação da competência legislativa do executivo.

## Disposições finais

Assim, referida proposição atende aos requisitos legais de competência (artigo 12, artigo 13, inciso I, alínea "v" e item 1, artigo 19, inciso I, todos da Lei Orgânica do Município de Barueri - LOMB), iniciativa e admissibilidade (artigo 58, 'caput' da LOMB e artigo 135, § único, inciso III e artigo 136, alíneas "a" e "e", do RI), não havendo óbice à sua regular tramitação, devendo observar o processo legislativo a seguir:

- a) Parecer da Comissão de Justiça e Redação (artigo 50, § 1º, do RI);
- b) Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento (artigo 50, § 2º, do RI);
- c) Parecer da Comissão de Segurança Pública (artigo 50, § 6º, do RI);
- d) Discussão Única (artigo 47, da LOMB e artigo 173, §2º, do RI);
- e) Votação simbólica (artigo 189, inciso I, do RI);





# Câmara Municipal de Barueri

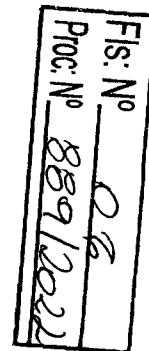
Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

## PROCURADORIA - GERAL

f) Quórum: maioria simples dos membros da CMB presentes (artigo 51 da LOMB e artigo 184, inciso I, § 1º, do RI).

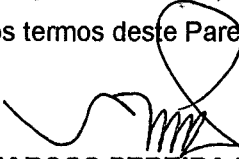
**Sugere-se**, à Comissão de Justiça e Redação para que, nos termos regimentais, verifique a concordância e a pertinência da pontuação utilizada.



S.M.J., este é o parecer e o entendimento desta Procuradoria Geral.

  
**LUCAS RAFAEL NASCIMENTO**  
Procurador-geral  
OAB/SP nº 264.968

A Secretaria-geral – por meio de sua Assessoria – no uso de suas respectivas atribuições, notadamente em relação a prestação de assessoria à Mesa Diretora e ao Presidente da Câmara, DÁ-SE POR CIENTE dos termos deste Parecer.

  
**MARCOS PEREIRA DA SILVA**  
Assessor da secretaria-geral

